



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Resolução PPGAdm/UFES nº 01, de 08 de Julho de 2025

Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) para adequação à Resolução CEPE/UFES nº 52 de 15 de setembro de 2023.

O COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o disposto na Resolução CEPE/UFES nº 52 de 15 de Setembro de 2023 e a aprovação, por unanimidade, pelos membros do colegiado, na reunião extraordinária do dia 29 de outubro de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1. Aprovar o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, conforme anexo.

Art. 2. Esta Resolução entra em vigor uma semana após a data de sua aprovação pela instância superior na UFES.

**MARCELO MOLL BRANDÃO
PRESIDENTE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANEXO DA RESOLUÇÃO/PPGAdm/UFES/Nº 01 DE 08 DE JULHO DE 2025

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
(PPGAdm)

TÍTULO I – DA ESTRUTURA E DO OBJETIVO

Art. 1. O presente Regimento constitui-se, em conjunto com o Estatuto e o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES e demais dispositivos legais, no documento regulador e disciplinador dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) desta instituição.

Art. 2. O Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração, organizado em conformidade com o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES (Res. 52/2023-CEPE), tem por finalidade:

I – Possibilitar a preparação de profissionais de alto nível para o exercício de atividades docentes e de pesquisa e para atuação profissional nas diversas áreas compreendidas nos campos da Administração, pública e de empresas.

Art. 3. O curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração, organizado em conformidade com o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFES (Res. 52/2023-CEPE), tem por finalidade:

I - Formar pesquisadores, capacitando-os para desenvolver e disseminar o conhecimento acadêmico na área de administração, gerando contribuições para a formação e manutenção de redes de pesquisadores nacionais e internacionais, bem como para o campo do conhecimento, a sociedade brasileira e os contextos regional e local. Os egressos do curso deverão ser capazes de desenvolver pesquisas, a partir de suas inserções em redes nacionais e internacionais, por meio de intercâmbios, para gerar conhecimentos teóricos e práticos relacionados com a área da administração e atuar no ensino, em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, para disseminar esses conhecimentos.

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA

Art. 4. Para atingir suas finalidades, o Programa de Pós-Graduação em Administração estruturar-se-á em uma Coordenação de Pós-Graduação, de caráter pedagógico-científico e administrativo, constituída pelas seguintes instâncias: um Colegiado Acadêmico, um Coordenador e um Coordenador Adjunto.

Art. 5. A Coordenação da Pós-Graduação em Administração é a responsável direta pela execução didático-científica dos cursos de Mestrado e Doutorado em Administração.

Art. 6. A Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG) é o setor responsável pelo suporte administrativo e acadêmico aos Programas de Pós-Graduação do CCJE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I – DO COLEGIADO ACADÊMICO

Art. 7. O Colegiado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Administração é constituído por todos os professores colaboradores e permanentes em efetivo exercício no PPGADM e pelos representantes do corpo discente do programa, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros do corpo docente.

Parágrafo Único – Caberá ao Coordenador do Programa de pós-graduação a presidência do Colegiado Acadêmico, devendo ser substituído em seus impedimentos pelo Coordenador Adjunto, sem prejuízo das atribuições específicas eventualmente delegadas a este último.

Art. 8. Os docentes do Programa de Pós-Graduação em Administração deverão satisfazer todas as exigências necessárias ao seu credenciamento e à manutenção do mesmo conforme normas estabelecidas pelo CEPE (Res. 52/2023, Título V, Capítulo III, Seção II, IV e V) e por este regulamento.

Art. 9. A representação discente do Curso de Mestrado e Doutorado em Administração será constituída a partir de processo eleitoral do qual poderão participar todos os alunos regularmente matriculados no PPGAdm.

Parágrafo Único – O processo eleitoral previsto no presente artigo seguirá conforme o disposto nos Arts. 93 e 94 do Estatuto da UFES.

Art. 10. Todos os atos administrativos e acadêmicos do Coordenador ou do Coordenador Adjunto pressupõem sempre a observância estrita ao Estatuto e ao Regimento Geral da UFES, bem como às normas de direito.

Art. 11. Compete ao Colegiado Acadêmico:

I – Aprovar, emendar ou substituir o presente regulamento, encaminhando as respectivas decisões para apreciação das instâncias superiores da UFES;

II – Eleger, mediante escrutínio secreto, o Coordenador e o Coordenador Adjunto do programa, de acordo com as chapas inscritas para a disputa;

III – Discutir e aprovar o planejamento semestral ou anual do PPGAdm e demais atividades acadêmico-científicas, a partir de proposta do Coordenador;

IV – Pronunciar-se sobre toda e qualquer proposta de alteração curricular à vista de parecer fundamentado de relator designado pelo Coordenador ou pelo próprio Colegiado e cujo teor deverá ser levado ao conhecimento dos demais membros com a devida antecedência;

V – Homologar as indicações para orientação de tese e de dissertação encaminhada pelo Coordenador;

VI – Discutir e aprovar as indicações apresentadas ou encaminhadas pelo Coordenador para a composição de Bancas Examinadoras de qualificação, de defesa e de seleção para ingresso nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Administração;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

VII – Examinar e aprovar qualquer proposta oriunda dos docentes orientadores de tese e de dissertação no que diz respeito à indicação de um coorientador para auxiliar na supervisão da prática de pesquisa desenvolvida pelos alunos;

VIII – Autorizar a substituição do orientador de tese ou dissertação, tanto a pedido do próprio quanto do seu orientando, desde que a solicitação seja realizada de acordo com o Art. 65 deste regimento;

IX – Examinar qualquer proposta concernente à alteração de prazos acadêmicos ou administrativos fixados no âmbito da competência do programa;

X – Analisar e decidir, a partir de parecer do Coordenador ou de outro docente por ele designado, sobre a equivalência de créditos solicitada por alunos autorizados a cursá-los fora do programa, por alunos transferidos ou por alunos que já possuam o título de doutor ou mestre em Administração ou doutor em qualquer área do conhecimento, quer tenham tido tais créditos obtidos em outros Programas de Pós-Graduação da UFES ou que se originem de cursos reconhecidos pela CAPES e mantidos por outras instituições. A equivalência se dará da seguinte maneira:

a) Para o curso de Mestrado poderão ser aproveitados no máximo 40% do total de créditos exigidos, excluindo-se deste cálculo os créditos referentes às disciplinas Estudos para qualificação, Projeto de qualificação, Estudos para dissertação e Seminário de dissertação, ou seja, poderão ser aproveitados no máximo 10 créditos (equivalente a 150 horas carga-horária);

b) Para o curso de Doutorado poderão ser aproveitados no máximo 50% do total de créditos exigidos, excluindo-se deste cálculo os créditos referentes às disciplinas Seminário de tese, Seminário Acadêmico para Doutorado e Projeto de qualificação, ou seja, poderão ser aproveitados no máximo 10 créditos (equivalente a 150 horas carga-horária);

c) A equivalência se dará observando-se se a carga-horária da disciplina cursada é equivalente a 75% da carga-horária da disciplina ministrada no PPGAdm;

d) O conteúdo deverá ter equivalência de, no mínimo, 60% do conteúdo da disciplina ofertada pelo PPGAdm.

XI – Homologar a escolha dos representantes discentes, de acordo com as respectivas normas eleitorais e com o Estatuto da UFES;

XII – Tomar ciência, à vista dos respectivos relatórios ou atas, dos resultados ou conclusões de toda e qualquer comissão ou banca examinadora por ele constituída;

XIII – Aprovar a indicação, feita pelo Coordenador, dos membros que deverão compor a Comissão de bolsas e homologar os respectivos relatórios e decisões;

XIV – Pronunciar-se, em primeira instância, sobre todo e qualquer recurso impetrado contra o curso, uma vez tendo sido a matéria discutida conforme disposto nos Arts. 85 e 86;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

XV – Homologar o edital do Processo Seletivo para ingresso nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Administração, proposto pelo Coordenador;

XVI – Pronunciar-se sobre todo pedido de admissão de professores pertencentes a qualquer uma das categorias previstas no Art. 89, bem como sobre o desligamento temporário ou alteração de categoria oriunda de docente que pertença aos quadros do programa;

XVII – Reunir-se uma vez por mês em caráter ordinário e reunir-se em caráter extraordinário sempre que expressamente convocado pelo Coordenador ou por solicitação escrita da maioria absoluta de seus membros;

XVIII – As reuniões ordinárias serão fixadas em calendário semestral ou anual aprovado pelo Colegiado Acadêmico. A divulgação das convocações, contendo a respectiva pauta e a ata da reunião anterior, deve ser encaminhada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas;

XIX – Deliberar sobre a alocação de recursos geridos pelo PPGAdm;

XX – Deliberar sobre os pedidos de transferência feitos por alunos de outros Cursos de Mestrado ou Doutorado em Administração devidamente credenciados;

VII – Apreciar a ementa das disciplinas obrigatórias e optativas a serem ministradas pelos docentes integrantes do PPGAdm.

CAPÍTULO II – DO COORDENADOR E DO COORDENADOR ADJUNTO

Art. 12. O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração, eleito na forma estabelecida por este Regulamento em seu Art. 11, inciso II, é o responsável pelo funcionamento acadêmico-científico e administrativo do respectivo curso de Doutorado, bem como pela fiel execução de todas as responsabilidades que lhes são atribuídas por este regulamento.

Parágrafo 1º – O mandato do Coordenador e do Coordenador Adjunto será de 2 (dois) anos, permitida recondução.

Parágrafo 2º – A eleição do Coordenador e do Coordenador Adjunto deverá ser homologada pelo Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

Art. 13. O Coordenador do programa deverá pertencer ao corpo docente permanente do PPGAdm e possuir reconhecida vivência, além de trabalhar em regime de tempo integral.

Art. 14. Compete ao Coordenador:

I – Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento, bem como sugerir as eventuais alterações ditadas pela experiência de sua aplicação;

II – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado Acadêmico em obediência ao que estabelece o Art. 11 do presente regulamento em seus incisos XVII e XVIII;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

III – Elaborar, articulado ao PDI da UFES, o planejamento semestral de cursos e de demais atividades acadêmico-científicas do PPGAdm a fim de submetê-lo à aprovação do Colegiado Acadêmico;

IV – Representar o PPGAdm perante todos os órgãos e instâncias da UFES, assim como perante às instituições congêneres e às agências de fomento;

V – Encaminhar ao Colegiado Acadêmico proposta para composição das bancas de qualificação, defesa ou seleção para ingresso nos Cursos de Mestrado e Doutorado, conforme previsto neste regulamento;

VI – Constituir comissões ou designar relatores individuais para apreciar assuntos relevantes para o PPGAdm;

VII – Submeter à apreciação do Colegiado Acadêmico qualquer proposta de alteração de prazos acadêmicos, regimentais ou não, fixados no âmbito da competência do programa;

VIII – Propor ou encaminhar ao Colegiado Acadêmico para homologação toda e qualquer indicação de docente para ingresso no PPGAdm, seja sob a categoria de professor permanente, participante, visitante ou colaborador;

IX – Encaminhar ao Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas a documentação relativa a proposta de alteração regimental;

X – Levar ao conhecimento do Colegiado Acadêmico, para devida homologação, as solicitações ou indicações de docentes para as funções de orientador e/ou coorientador de dissertação ou tese;

XI – Propor a constituição e regular o funcionamento da Comissão de Bolsas, além de fazer chegar ao Colegiado Acadêmico os respectivos relatórios e recursos;

XII – Decidir, por meio de *ad referendum*, sobre os assuntos cuja urgência possa justificar esse procedimento e, posteriormente, submeter a decisão ao referendo do Colegiado Acadêmico na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente ao ato;

XIII – Elaborar e encaminhar para deliberação do Colegiado Acadêmico toda e qualquer proposta de alteração curricular ou regimental;

XIV – Pronunciar-se através de parecer, perante o Colegiado Acadêmico, sobre os pedidos de mudança de professor-orientador conforme disposto no art. 65;

XV – Submeter os pedidos de equivalência de créditos, devidamente instruídos conforme disposto no art. 11º, Inciso X deste regulamento, à apreciação do Colegiado Acadêmico;

XVI – Autorizar, em comum acordo com o orientador, que o aluno curse disciplinas em outros cursos oferecidos pela UFES ou por instituições devidamente credenciadas no país;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

XVII – Autorizar, mediante solicitação, que o aluno de qualquer outro Curso de Mestrado ou Doutorado devidamente credenciado, quer da UFES ou não, curse disciplinas isoladas no Programa de Pós-Graduação em Administração;

XVIII – Apresentar ao Colegiado Acadêmico, para homologação, relatório do processo de eleição para representação discente;

XIX – Encaminhar para deliberação do Colegiado Acadêmico o edital de Processo Seletivo para o ingresso, elaborado pela comissão de seleção, com o respectivo número de vagas, exigências de inscrição e etapas de seleção dos candidatos;

XX – Submeter para apreciação do Colegiado Acadêmico, acompanhado de parecer devidamente fundamentado, qualquer pedido de desligamento temporário ou de alteração de categoria de docente integrante do programa;

XXI – Emitir declarações, atestados e equivalentes e firmar documento em nome do programa;

XXII – Substituir, para todos os efeitos, qualquer membro do corpo docente em eventuais impedimentos, podendo ministrar cursos, prosseguir com orientação, assinar formulários e declarações, constituir e integrar Comissão Examinadora de qualificação, defesa de tese e todos os demais procedimentos que se fizerem necessários a fim de evitar prejuízo para os alunos;

XXIII – Remeter à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) relatórios e informações sobre as atividades do programa, de acordo com as instruções da referida pró-reitoria;

XXIV – Fornecer informações e documentos solicitados pela Capes, conforme as instruções e prazos indicados por esse órgão;

XXV – Encaminhar à PPRPG relatórios de atividades com as informações requeridas para a avaliação do curso pelo órgão federal competente;

XXVI – Prestar contas, anualmente, da aplicação dos recursos financeiros do PPGADM ao respectivo colegiado.

Art. 15. O Coordenador Adjunto deve agir em colaboração com o Coordenador, inteirando-se todos os procedimentos administrativos em curso e substituindo este último, com igual competência, sempre que houver necessidade.

TÍTULO III – DAS EXIGÊNCIAS CURRICULARES DO CURSO DE MESTRADO

CAPÍTULO I – DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 16. O currículo do Curso de Mestrado em Administração é composto por disciplinas de caráter instrumental-obrigatória e específico-optativa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Único – O aluno matriculado deve cumprir os seguintes requisitos:

I – Disciplinas Obrigatórias (total de 20 créditos, 15 horas cada crédito): Teoria das Organizações (4 créditos); Métodos Quantitativos Básicos (2 créditos); Métodos Qualitativos Básicos (2 créditos); Metodologia de Pesquisa (4 créditos); Estudos para a Qualificação (2 créditos realizados por meio de estudos individuais acompanhados pelo orientador); Didática do Ensino em Administração (2 créditos realizados por meio de acompanhamento do professor em aula); Projeto de Qualificação (2 créditos realizados por meio de estudos individuais acompanhados pelo orientador); Estudos para a Dissertação (2 créditos realizados por meio de estudos individuais acompanhados pelo orientador); Seminário de Dissertação (sem crédito);

II – Disciplinas Optativas (mínimo de 12 créditos, 15 horas cada crédito): 4 créditos devem ser cursados obrigatoriamente em disciplinas ministradas por professores da linha de pesquisa do aluno; 8 créditos podem ser cursados em disciplinas de outras linhas de pesquisa. Dentre esses 8 créditos, até 4 créditos podem ser cursados dentro ou fora do PPGAdm, de acordo com as regras do programa, e até 4 créditos podem ser obtidos por meio da solicitação do cumprimento das disciplinas Seminário Acadêmico I e II;

III - O aluno deve cursar o mínimo de 32 (trinta e dois) créditos, totalizando 480 horas.

Art. 17. Tendo em vista o disposto no artigo anterior, a atribuição de créditos às atividades acadêmicas em disciplinas se dará da seguinte forma:

Parágrafo único – Cada unidade de crédito corresponde a 15 horas-aula.

CAPÍTULO II – DA INTEGRALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 18. A integralização máxima dos créditos e atividades integrantes da estrutura curricular do Curso de Mestrado obedecerá ao seguinte prazo:

I – Integralização máxima: 4 (quatro) semestres ou 2 (dois) anos, excluindo-se o tempo decorrido por conta de trancamento de matrícula;

II – Em condições especiais, para tratamento de saúde e mediante aprovação do Colegiado Acadêmico do programa, o prazo máximo poderá ser prorrogado por até mais 6 (seis) meses, sem possibilidade de prorrogação adicional;

III – Ao ser aprovada a prorrogação da integralização dos créditos e atividades complementares, automaticamente é prorrogado, no mesmo quantitativo, o prazo máximo para o exame de qualificação, o depósito da dissertação e as demais atividades a serem realizadas pelo aluno;

IV – Na contagem do período de integralização não há distinção entre bolsistas e não bolsistas;

V – O prazo mínimo para a conclusão do mestrado é de 13 meses.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CAPÍTULO III – DA DISSERTAÇÃO E DA DEFESA

Art. 19. Para obter o título de Mestre em Administração, o aluno deverá:

I – Integralizar um mínimo de 32 (trinta e dois) créditos;

II – Ter a dissertação defendida e aprovada por uma Comissão Examinadora composta por três membros: o professor orientador e dois outros professores, proposta pelo orientador e aprovada pelo Colegiado Acadêmico do programa;

III – Em caso de coorientação, o coorientador poderá participar da Comissão Examinadora, mas não terá direito a voto.

Art. 20. Os trabalhos finais, na forma de dissertação formalizada de acordo com o padrão estabelecido pela Câmara de Pós-Graduação da UFES, serão elaborados e apresentados sob a responsabilidade de um orientador e, se for o caso, também de um coorientador, ambos devidamente aprovados pelo Colegiado Acadêmico.

Art. 21. A dissertação de mestrado consistirá num trabalho individual e inédito no qual se demonstre conhecimentos bibliográfico e documental compatíveis com o objeto de estudo escolhido e adequada clareza quanto aos problemas metodológicos implícitos ou explícitos.

Art. 22. A Comissão Examinadora de dissertação será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, da seguinte maneira: o orientador e 2 (dois) titulares, sendo que 1 (um) deles deve ser externo ao programa e à UFES, todos portadores do título de doutor ou equivalente. A composição da banca assim definida será proposta pelo orientador ao Coordenador do Curso e homologada pelo Colegiado Acadêmico.

Parágrafo 1º – Os membros da Comissão Examinadora deverão ter titulação de doutor e serem vinculados a um programa de pós-graduação ou instituto de pesquisa ou titulação equivalente, se pesquisador vinculado a instituições estrangeiras.

Parágrafo 2º – Em casos específicos, e por exceção, serão aceitos membros que não se enquadram na exigência definida no parágrafo 1º. A indicação da banca deverá ser aprovada com antecedência pelo colegiado, que avaliará a justificativa e decidirá pela aprovação ou não da participação do membro da banca.

Parágrafo 3º – Além da composição mínima prevista, outros membros com titulação mínima de doutor podem compor a banca, obedecidos números ímpares de participantes votantes, contando o orientador.

Parágrafo 4º – O orientador é membro e presidente da banca. Em casos excepcionais de ausência do orientador, o coordenador do PPG deverá indicar um substituto ou o coorientador, quando existir, poderá assumir a presidência da banca.

Art. 23. É vedada a participação nas bancas de cônjuge, companheiro, parente por consanguinidade, afinidade ou adoção, ascendente, descendente ou colateral até terceiro grau do discente ou dos demais membros da banca.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 24. O Colegiado Acadêmico terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de depósito da dissertação, para aprovar a Comissão Examinadora.

Parágrafo 1º – O aluno do Mestrado deverá realizar o depósito de sua dissertação para a defesa dentro do prazo limite estipulado neste regimento, de acordo com os seguintes critérios:

I – O prazo limite para o depósito da dissertação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de matrícula. Caso ultrapasse esse prazo, o aluno será desligado do programa;

II – Em relação a esses prazos, não há distinção entre bolsistas e não bolsistas.

Parágrafo 2º – O prazo mínimo para a defesa é de 30 (trinta) dias e o máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do depósito da dissertação.

Art. 25. Finda a arguição, a Comissão Examinadora reunir-se-á imediatamente em sessão secreta na qual deliberará sobre a qualidade da dissertação e da defesa. Essa avaliação resultará numa das opções seguintes:

I – Aprovação, quando nenhuma alteração for proposta pela Comissão Examinadora ou quando as correções sugeridas não tornarem evidente a inconsistência da dissertação;

II – Reprovação, quando a Comissão Examinadora levantar questionamentos relevantes e pertinentes quanto ao conteúdo e à metodologia do trabalho ou quando o trabalho não possuir caráter individual e inédito.

Art. 26. Após reunião secreta para avaliação da dissertação, a Comissão Examinadora elaborará e escreverá a ata da defesa, lendo-a para os presentes à sessão pública.

CAPÍTULO IV – DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 27. Dentro do prazo limite, o mestrando deverá requerer ao Coordenador, mediante preenchimento de formulário próprio, a realização do seu Exame de Qualificação, o qual consistirá em arguição pública do seu projeto de dissertação por Comissão composta de, no mínimo, três professores doutores ou com titulação equivalente no caso de estrangeiro, vinculados preferencialmente a um programa de pós-graduação ou instituto de pesquisa. O prazo limite será definido de acordo com os seguintes critérios:

I – O prazo limite para o depósito do projeto de qualificação é de 14 (quatorze) meses, contados da data de matrícula. Caso ultrapasse esse prazo o aluno do mestrado será desligado do programa;

II – Em relação a esses prazos não há distinção entre bolsistas e não bolsistas.

Parágrafo único – A Banca de Qualificação será proposta pelo orientador e homologada pelo Colegiado Acadêmico.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Art. 28. Tanto o aluno como cada um dos arguidores disporá de 20 (vinte) minutos para fazer as suas considerações acerca do projeto, sendo facultado ao orientador exercer o seu direito de arguição.

CAPÍTULO V – DO ORIENTADOR ACADÊMICO DE DISSERTAÇÃO E COORIENTADOR

Art. 29. O orientador acadêmico de dissertação é o docente portador do título de Doutor ou equivalente, responsável pelo acompanhamento e orientação dos estudos do mestrando desde o seu ingresso no programa até a defesa da respectiva dissertação.

Art. 30. São competências do orientador: supervisionar o regime de adaptação sugerido ao seu orientando; fixar o programa de estudos do mestrando; propor ao Coordenador, por escrito, a composição das Bancas de Qualificação e Defesa dos seus alunos e presidir as mesmas.

Art. 31. Será admitida a existência de 01(um) coorientador (detentor do título de Doutor ou equivalente) por dissertação quando a natureza do trabalho a ser desenvolvido o justifique, de acordo com os seguintes critérios:

I – A solicitação de um coorientador será feita pelo orientador ao Coordenador do programa, o qual submeterá o nome indicado à homologação do Colegiado Acadêmico;

II – Quando o coorientador proposto não pertencer ao quadro do programa, a sua indicação deverá ser instruída por informações que permitam ao Colegiado Acadêmico avaliar a capacidade profissional do indicado para exercer as tarefas de coorientação.

Parágrafo único – É facultativa a participação do coorientador em Bancas de Qualificação e Defesa das quais participe o orientador, contudo, essa participação não dá direito a voto.

TÍTULO IV – DAS EXIGÊNCIAS CURRICULARES DO CURSO DE DOUTORADO

CAPÍTULO I – DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 32. O currículo do Curso de Doutorado em Administração é composto por disciplinas de caráter instrumental-obrigatória e específico-optativa.

Parágrafo 1º – O aluno matriculado deve cumprir os seguintes requisitos:

I – Disciplinas Obrigatórias a serem cumpridas até o quarto semestre do curso, no total de 8 disciplinas, sendo todas com 4 créditos, perfazendo 32 créditos, totalizando 480 horas-aula em disciplinas obrigatórias. São disciplinas obrigatórias para este período: Seminário Acadêmico para Doutorado I (4 créditos), Seminário Acadêmico para Doutorado II (4 créditos), Teoria Avançada de Organização e Gestão (4 créditos), Pesquisa Quantitativa Avançada (4 créditos), Projeto de Qualificação (4 créditos), Metodologia de Pesquisa (4 créditos) e Teoria das Organizações (4 créditos), Pesquisa Qualitativa Avançada (4 créditos).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

II – Disciplinas Específico-optativas a serem cumpridas até o quarto semestre do curso, no mínimo de 8 créditos, totalizando 120 horas-aula em disciplinas optativas, sendo 4 créditos cursados obrigatoriamente em disciplinas ministradas por professores da linha de pesquisa do aluno e 4 créditos que podem ser cursados em disciplinas de outras linhas de pesquisa ou de outros programas de pós-graduação. A definição das disciplinas fica a critério do orientador em conjunto com o orientando.

III – Disciplina Obrigatória a ser cumprida até o quinto semestre do curso: Projeto de Qualificação de Tese com 4 créditos, totalizando 60 horas-aula.

III – Disciplina Obrigatória a ser cumprida nos quatro últimos semestres do curso: Seminário Acadêmico para Doutorado II com 4 créditos, totalizando 60 horas-aula.

IV – Disciplina Obrigatória a ser cumprida nos três últimos semestres do curso:

Seminário de Tese (I, II, III) com 6 créditos, totalizando 90 horas-aula, a ser cumprida após a integralização das demais disciplinas obrigatórias, em três semestres.,

V – O aluno deve cursar o mínimo de 42 (quarenta e dois) créditos, totalizando 630 horas.

Parágrafo 2º – O doutorando que não possuir o título de Mestre em Administração obtido em PPGs reconhecidos pela CAPES, deverão solicitar e obter o aproveitamento dos créditos das disciplinas, como forma de nivelamento dos conhecimentos na área, a integralizar 4 créditos na disciplina de Teoria das Organizações e 4 créditos na disciplina de Metodologia de Pesquisa, totalizando 120 horas-aula, conforme disposto no Art.16, Inciso I

Art. 33. Tendo em vista o disposto no artigo anterior, a atribuição de créditos às atividades acadêmicas em disciplinas se dará da seguinte forma:

Parágrafo único – Cada unidade de crédito corresponde a 15 horas-aula.

CAPÍTULO II – DA INTEGRALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 34. A integralização máxima dos créditos e atividades integrantes da estrutura curricular do Curso de Doutorado obedecerá aos seguintes prazos:

I – Integralização máxima: 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, excluindo-se o tempo decorrido por conta de trancamento de matrícula;

II – Em condições especiais, para tratamento de saúde e mediante aprovação do Colegiado Acadêmico do programa, o prazo máximo poderá ser prorrogado por até mais 12 (doze) meses, contados a partir do prazo para integralização máxima indicado no inciso I, calculado com base na data da matrícula do aluno, sem possibilidade de prorrogação adicional;

III – Ao ser aprovada a prorrogação da integralização dos créditos e atividades complementares, automaticamente é prorrogado, no mesmo quantitativo, o prazo máximo para o exame de qualificação, o depósito da tese e as demais atividades a serem realizadas pelo aluno;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

IV – Na contagem do período de integralização não há distinção entre bolsistas e não bolsistas;

V – O prazo mínimo para a integralização de créditos é de 25 meses.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO DOCENTE

Art. 35. O Estágio Docente é obrigatório para todos os doutorandos (bolsistas e não bolsistas) como forma de apoio acadêmico ao ensino de graduação e como parte da formação didático pedagógica dos doutorandos.

Parágrafo único – No semestre em que for realizar o Estágio Docente, o doutorando deve solicitar a sua realização na SUPG. Este pedido deve ser feito, conforme o calendário acadêmico da UFES, até a data de início do período para os departamentos responderem aos colegiados dos cursos de graduação sobre ofertas de disciplina para o período, para que o Departamento de Administração possa avaliar a solicitação.

Art. 36. O Estágio Docente corresponde a 120 horas de atividades em programas didáticos realizados no âmbito do Departamento de Administração. Estas atividades devem estar relacionadas à linha de pesquisa na qual o doutorando se insere, ou a temas relacionados como subsídio à sua formação pedagógica, de comum acordo com o orientador e que tenham como professores responsáveis, preferencialmente, um professor membro do PPGAdm.

Art. 37. O professor-orientador e/ou o professor responsável pela disciplina (caso não sejam os mesmos) deverão estabelecer, juntamente com o doutorando, um plano de trabalho detalhado para cada etapa do Estágio docente, podendo dividi-lo em dois planos de trabalho com 60 horas cada.

Art. 38. O programa de Estágio Docente deverá ser acompanhado pelo professor-orientador e/ou o professor responsável pela disciplina, de acordo com a maturidade e experiência do aluno, obedecendo aos seguintes critérios:

I – Número mínimo e máximo de atividades em sala de aula a ser definido de acordo com a potencialidade, maturidade e experiência do doutorando e em estreita afinidade com o seu Plano de Trabalho;

II – Definição de um número mínimo de aulas a serem acompanhadas pelo orientador e/ou o professor responsável pela disciplina, com a consequente discussão pormenorizada do processo ensino-aprendizagem, vivenciado e observado pelo doutorando, imprescindível em seu processo de formação;

III – Inserção oficial do doutorando em sala de aula, por sua apresentação e pela discussão do programa de estágio com os alunos da graduação;

IV – Discussões programadas sobre as atividades desenvolvidas pelo doutorando no programa de estágio (cronograma em seu plano de trabalho);



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

V – Avaliações programadas sobre o desempenho do doutorando, com o objetivo de lhe oferecer *feedback* necessário à sua formação e integração ao que está estabelecido no seu plano de trabalho. Estas avaliações não precisam ser necessariamente escritas.

Art. 39. Ao final do período o doutorando deverá apresentar: um relatório detalhado de suas atividades, uma avaliação do programa de estágio e uma auto avaliação, que deverão ser analisados e assinados pelo professor tutor responsável pelo aluno durante o estágio.

Art. 40. Ao final do período o doutorando deverá apresentar: um relatório detalhado de suas atividades, uma avaliação do programa de estágio e uma auto avaliação, que deverão ser analisados e assinados pelo professor tutor responsável pelo aluno durante o estágio.

CAPÍTULO IV – DA TESE E DA DEFESA

Art. 41. Para obter o título de Doutor em Administração, o aluno deverá:

I – Integralizar um mínimo de 42 (quarenta e dois) créditos em disciplinas que compõem o Doutorado; ter realizado o estágio docência; e ter sido aprovado em exame de qualificação;

II – Ter a tese defendida e aprovada por uma Comissão Examinadora composta por pelo menos 5 (cinco) membros (professor orientador e quatro outros professores) proposta pelo professor orientador e aprovada pelo Colegiado Acadêmico;

III – Em caso de coorientação, o coorientador poderá compor a Comissão Examinadora, mas não terá direito a voto.

Art. 42. Os trabalhos finais, na forma de tese formalizada de acordo com o padrão estabelecido pela Câmara de Pós-Graduação da UFES, serão elaborados e apresentados sob a responsabilidade de um orientador e, se for o caso, também de um coorientador, ambos devidamente aprovados pelo Colegiado Acadêmico.

Art. 43. A tese de Doutorado consistirá num trabalho individual e inédito no qual se demonstre conhecimentos compatíveis com o objeto de estudo escolhido e que apresente contribuição original ao estado da arte do tema tratado.

Art. 44. A Comissão Examinadora de tese será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros, da seguinte maneira: o orientador e 4 (quatro) titulares, sendo, no mínimo, 2 (dois) deles não pertencentes aos quadros do PPGAdm, e aos quadros da UFES. A composição da banca assim definida será proposta pelo orientador ao Coordenador do Curso e homologada pelo Colegiado Acadêmico.

Parágrafo 1º – Os membros da Comissão Examinadora deverão ter titulação de doutor e serem vinculados a um programa de pós-graduação ou instituto de pesquisa ou titulação equivalente, se pesquisador vinculado a instituições estrangeiras.

Parágrafo 2º – Em casos específicos, e por exceção, serão aceitos membros que não se enquadram na exigência definida no parágrafo 1º. A indicação da banca deverá ser aprovada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

com antecedência pelo colegiado, que avaliará a justificativa e decidirá pela aprovação ou não da participação do membro da banca.

Parágrafo 3º – Além da composição mínima prevista, outros membros com titulação mínima de doutor podem compor a banca, obedecidos números ímpares de participantes votantes, contando o orientador.

Parágrafo 4º – O orientador é membro e presidente da banca. Em casos excepcionais de ausência do orientador, o coordenador do PPGAdm deverá indicar um substituto ou o coorientador, quando existir, ou poderá assumir a presidência da banca.

Art. 45. É vedada a participação nas bancas de cônjuge, companheiro, parente por consanguinidade, afinidade ou adoção, ascendente, descendente ou colateral até terceiro grau do discente ou dos demais membros da banca.

Art. 46. O Colegiado Acadêmico terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data de depósito da dissertação, para aprovar a Comissão Examinadora.

Parágrafo 1º – O aluno do Doutorado deverá realizar o depósito de sua tese para a defesa dentro do prazo limite estipulado neste regimento, de acordo com os seguintes critérios:

I – O prazo limite para o depósito da tese é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de matrícula. Caso ultrapasse esse prazo, o aluno será desligado do programa;

II – Em relação a esses prazos, não há distinção entre bolsistas e não bolsistas.

Parágrafo 2º – O prazo mínimo para a defesa é de 30 (trinta) dias e o máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do depósito da tese.

Art. 47. Finda a arguição, a Comissão Examinadora reunir-se-á imediatamente em sessão secreta na qual deliberará sobre a qualidade da tese e da defesa. Essa avaliação resultará numa das opções seguintes:

I – Aprovação, quando nenhuma alteração for proposta pela Comissão Examinadora ou quando as correções sugeridas não tornarem evidente a inconsistência da tese;

II – Reprovação, quando a Comissão Examinadora levantar questionamentos relevantes e pertinentes quanto ao conteúdo e à metodologia do trabalho ou quando o trabalho não possuir caráter individual e inédito.

Art. 48. Após reunião secreta para avaliação da tese, a Comissão Examinadora elaborará e escreverá a ata da defesa, lendo-a para os presentes à sessão pública.

CAPÍTULO V – DO ACOMPANHAMENTO E DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 49. Desde o primeiro semestre do curso o doutorando será acompanhado por um orientador de Tese.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo 1º – Para estar apto para a qualificação o aluno deve obter aprovação do orientador antes do prazo limite para a qualificação;

Parágrafo 2º – Dentro do prazo limite, o doutorando deverá requerer ao Coordenador, mediante preenchimento de formulário próprio, a realização do seu Exame de Qualificação, o qual consistirá em arguição pública do seu projeto de tese por Comissão composta de, no mínimo, três professores doutores ou com titulação equivalente no caso de estrangeiro, vinculados preferencialmente a um programa de pós-graduação ou instituto de pesquisa. O prazo limite será definido de acordo com os seguintes critérios:

I – O prazo limite para o depósito do projeto de qualificação é de 25 meses, contados da data de matrícula. Caso ultrapasse esse prazo o aluno do doutorado será desligado do programa.

II – Em relação a esses prazos não há distinção entre bolsistas e não bolsistas.

Parágrafo 3º – A Banca de Qualificação será proposta pelo orientador e aprovada pelo Colegiado Acadêmico.

Parágrafo 4º – Em caso de reprovação por parte da Banca de Qualificação, o doutorando terá até seis meses, a partir da data da primeira avaliação, para resubmeter seu projeto para qualificação.

Parágrafo 5º – Após a qualificação o doutorando continuará sendo acompanhado pelo orientador com fins de obter contribuições para o desenvolvimento da tese.

Art. 50. Finda a arguição, a Comissão reunir-se-á imediatamente em sessão secreta na qual deliberará sobre a qualidade do projeto de tese. Esta avaliação resultará numa das opções seguintes:

I – Aprovação, quando a Comissão identificar no projeto as condições necessárias para seu desenvolvimento na direção da tese de doutorado, considerando: relevância da proposta, viabilidade, coerências e ineditismo.

II – Reprovação, quando a Comissão Examinadora não identificar no projeto as condições necessárias para seu desenvolvimento na direção da tese de doutorado.

CAPÍTULO VI – DO PROGRAMA SANDUÍCHE

Art. 51. A realização de atividades em nível de doutoramento no exterior por alunos é desejável e apoiada pelo Curso de Doutorado, incluindo cursar disciplinas e fazer pesquisas bibliográfica e empírica dentro do seu projeto de tese na modalidade sanduíche.

Parágrafo 1º – Para se candidatar, o aluno deverá ter integralizado o número de créditos referentes ao Curso de Doutorado que seja compatível com a perspectiva de conclusão do curso, em tempo hábil, após a realização das atividades no exterior.

Parágrafo 2º – As atividades no exterior não podem ultrapassar o período total para o doutoramento conforme o Art. 34, Item I deste regimento, devendo o tempo de permanência



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

no exterior ser previsto de modo a restarem, no mínimo, seis meses no Brasil para a integralização de créditos e a defesa da tese.

Parágrafo 3º – O candidato ao programa-sanduíche, após obter a aprovação formal do orientador, deverá solicitar ao Colegiado do Curso o afastamento do país de, no mínimo, 4 (quatro) meses e no máximo 1 (um) ano.

Parágrafo 4º – As disciplinas cursadas no exterior poderão ser convertidas em créditos correspondentes à Estrutura Curricular do Curso de Doutorado, desde que previamente autorizado pelo orientador e aprovadas pela coordenação do PPGAdm.

Art. 52. Para solicitação de bolsas, o aluno autorizado pela Comissão de Bolsas deverá encaminhar às instituições de fomento os documentos necessários conforme previsto nos editais das instituições.

CAPÍTULO VII – DO ORIENTADOR ACADÊMICO DE TESE E DO COORIENTADOR

Art. 53. O orientador acadêmico de tese é o docente portador do título de Doutor ou equivalente, responsável pelo acompanhamento e orientação dos estudos do doutorando desde o seu ingresso no programa até a defesa da respectiva tese.

Art. 54. São competências do orientador: supervisionar o regime de adaptação sugerido ao seu orientando; fixar o programa de estudos do doutorando; propor ao Coordenador, por escrito, a composição das Bancas de Qualificação e Defesa dos seus alunos e presidir as mesmas.

Art. 55. Será admitida a existência de 01(um) coorientador (detentor do título de Doutor ou equivalente) por tese quando a natureza do trabalho a ser desenvolvido o justifique, de acordo com as seguintes regras:

I – A solicitação de um coorientador será feita pelo orientador ao Coordenador do curso, o qual submeterá o nome indicado à homologação do Colegiado Acadêmico;

II – Quando o coorientador proposto não pertencer aos quadros do PPGAdm, a sua indicação deverá ser instruída por informações que permitam ao Colegiado Acadêmico avaliar a capacidade profissional do indicado para exercer as tarefas de coorientação.

Parágrafo único – É facultativa a participação do coorientador em Bancas de Qualificação e Defesa das quais participe o orientador, contudo, essa participação não dá direito a voto.

TÍTULO V – DO REGIME ESCOLAR E DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I – DO INGRESSO NOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO (INSCRIÇÃO E SELEÇÃO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 56. A admissão aos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* será feita mediante processo de seleção, de acordo com as diretrizes básicas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e pelo Regimento Geral da Pós-graduação da UFES.

Parágrafo único – O Colegiado Acadêmico do programa fixará em edital próprio normas adicionais e específicas para a seleção, além das previstas neste regimento conforme diretrizes da referida resolução.

Art. 57. Compete ao Colegiado Acadêmico definir as áreas de conhecimento compatíveis para o ingresso nos Cursos de Mestrado e Doutorado.

Art. 58. O número de vagas abertas em cada Processo Seletivo para ingresso no Mestrado e Doutorado deverá ser fixado pelo Colegiado Acadêmico do programa e deverá ser compatível com a capacidade de orientação dos docentes permanentes devidamente qualificados do programa e dos recursos de infraestrutura de ensino e pesquisa disponíveis.

Art. 59. Só poderão inscrever-se no processo de seleção para o Curso de Mestrado candidatos diplomados em cursos de graduação.

Parágrafo 1º – Excepcionalmente, poderão inscrever-se no processo de seleção, de forma condicionada, candidatos que estejam cursando o último semestre de seu curso de graduação, os quais, em caso de aprovação, somente poderão efetivar matrícula como alunos regulares se provarem, no ato da matrícula, terem obtido o seu grau, mediante apresentação do diploma ou declaração.

Parágrafo 2º – Os candidatos estrangeiros que forem aprovados no processo seletivo somente poderão efetivar a sua matrícula se apresentarem o documento de identidade válido e a comprovação de visto temporário ou permanente que os autorize a estudar no Brasil.

Art. 60. Só poderão inscrever-se no processo de seleção para o Curso de Doutorado candidatos diplomados em cursos de mestrado.

Parágrafo 1º – Excepcionalmente, poderão inscrever-se no processo de seleção, de forma condicionada, candidatos que estejam cursando o último semestre de seu curso de mestrado, os quais, em caso de aprovação, somente poderão efetivar matrícula como alunos regulares se provarem, no ato da matrícula, terem obtido o seu grau, mediante apresentação do diploma ou declaração.

Parágrafo 2º – Os candidatos estrangeiros que forem aprovados no processo seletivo, somente poderão efetivar a sua matrícula se apresentarem um documento de identidade válido e a comprovação de visto temporário ou permanente que os autorize a estudar no Brasil.

Art. 61. Findo o Processo Seletivo, a Comissão de Avaliação de candidatos ao Curso de Mestrado e Doutorado deverá encaminhar ao Coordenador do programa relatórios circunstanciados de todas as suas atividades, acompanhadas da relação dos candidatos classificados, não classificados e inabilitados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 62. O PPGAdm aceitará alunos especiais, a critério do Colegiado Acadêmico, para cursar componentes curriculares do curso, desde que esses alunos demonstrem capacidade de cursá-los com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Parágrafo único – O Colegiado Acadêmico do programa fixará em edital próprio normas específicas para a seleção de alunos especiais, além das previstas neste regimento.

Art. 63. O aproveitamento obtido como aluno especial terá validade de 2 (dois) anos e, nesse prazo, as disciplinas e créditos cumpridos poderão ser registrados no histórico escolar se o aluno passar à condição de aluno regular.

Art. 64. O aluno especial poderá cursar até 2 (duas) disciplinas no semestre. Após esse período, caso deseje cursar novas disciplinas, deverá ser aprovado em novo Processo Seletivo como aluno regular, não podendo fazer novo Processo Seletivo para aluno especial. A matrícula dos alunos especiais em disciplinas obrigatórias fica condicionada a autorização do docente.

Art. 65. O aluno regular terá um professor orientador indicado pela Comissão de Seleção que o acompanhará durante os períodos letivos.

Parágrafo 1º – Para solicitar alteração de professor orientador o aluno regular deverá encaminhar ao Coordenador do curso, por meio da secretaria do curso, os seguintes documentos:

I – Solicitação, por escrito, assinada pelo orientador, indicando estar ciente, com justificativa do aluno para o pedido de troca de orientação, sem a indicação de nomes de possíveis orientadores.

II – Um projeto de pesquisa, sem a identificação de nomes de possíveis orientadores, a ser desenvolvido durante o Curso de Mestrado ou Doutorado, expressamente dentro do prazo relativo ao ano de ingresso do aluno para a conclusão do curso. Após a definição do novo orientador, o projeto de pesquisa será discutido entre ele e o orientando para definir o projeto que o aluno desenvolverá.

Parágrafo 2º – Caso receba uma solicitação de troca de orientação, o coordenador deverá:

I – Certificar-se de que o orientador manifestou sua ciência na solicitação entregue pelo aluno. A ausência da manifestação de ciência do orientador implicará no indeferimento do pedido.

II – Apresentar a solicitação aos membros da linha de pesquisa, para que seja feita a deliberação se o aluno será orientado por um membro da linha atual, que deverá ser indicado, ou de qualquer outra linha do programa.

III – Encaminhar o resultado da deliberação ao colegiado do PPGAdm.

Parágrafo 3º – Em caso de aprovação de troca de orientador, o novo orientador poderá ser de qualquer linha de pesquisa do PPGAdm, e será indicado pelo coordenador e aprovado em reunião de Colegiado do PPGADM.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Parágrafo 4º – Caso nenhum membro do PPGAdm tenha interesse em orientar o aluno ou, havendo interesse, não houver vaga disponível dentro da capacidade máxima de orientandos estabelecida pela área de avaliação do programa, ele continuará sendo orientado pelo seu orientador original, devendo desenvolver sua tese dentro dos temas trabalhados pelo orientador.

Parágrafo 5º – Caso a necessidade de troca de orientação do aluno ocorra em virtude do desligamento do professor orientador do PPGAdm, o coordenador do programa deverá:

I – Apresentar a solicitação aos membros da linha de pesquisa, para que seja feita a deliberação se o aluno será orientado por um membro da linha atual, que deverá ser indicado, ou de qualquer outra linha do programa.

II – Encaminhar o resultado da deliberação dos membros da linha de pesquisa ao Colegiado do PPGAdm.

Parágrafo 7º – O prazo de conclusão do curso para o aluno permanecerá o mesmo em caso de troca de orientador, sendo vetado qualquer adiamento devido à troca de orientador.

CAPÍTULO II – DA MATRÍCULA

Art. 66. Terão direito à matrícula os candidatos considerados aptos pelos examinadores e devidamente classificados conforme o limite de vagas constantes no Edital de Seleção.

Parágrafo único – O aluno matriculado terá seus estudos supervisionados pelo seu orientador acadêmico, membro do corpo docente do programa e, na falta desse, pelo Coordenador.

Art. 67. O ato da matrícula é semestral e obrigatório para todos os alunos de Mestrado e Doutorado que se encontrem dentro do prazo estabelecido, respectivamente, pelos Arts. 18 e 19, mesmo para aqueles que já tenham cumprido todos os créditos e o exame de qualificação.

Art. 68. Até 15 (quinze) dias após o início efetivo da disciplina serão aceitos os pedidos de cancelamento e no máximo 10 dias para inclusão de disciplinas solicitadas pelo aluno, exceto em caso de alunos suplentes no início do curso.

Parágrafo 1º – A inclusão de disciplinas após a matrícula dependerá sempre do limite de vagas disponíveis em cada turma.

Parágrafo 2º – O aluno que desejar incluir alguma disciplina após a matrícula, deverá acompanhá-la desde o início do semestre letivo, solicitando ao professor o registro provisório do seu nome na pauta até o momento em que a sua situação seja regularizada, conforme o caput deste artigo.

Art. 69. O aluno matriculado nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Administração poderá cursar disciplinas em outros Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela UFES ou por instituições credenciadas no país, desde que autorizado pelo seu orientador acadêmico, pelo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Coordenador do curso ao qual está vinculado e pelo Coordenador do curso responsável pela disciplina ofertada.

Parágrafo Único – O número de créditos a serem aproveitados conforme o disposto no caput deste artigo não poderá exceder ao equivalente a 4 (quatro) créditos em disciplinas específico-optativas. Para aproveitamento dos créditos deverá haver, no mínimo, equivalência em carga horária das disciplinas.

Art. 70. Por critério de reciprocidade, o Programa de Pós-Graduação em Administração aceitará a inscrição em disciplina isolada de alunos matriculados em cursos de Pós-Graduação da UFES ou de entidades congêneres com cursos públicos de mesma modalidade e devidamente credenciados ou, senão, regido por convênio específico anteriormente firmado com o PPGAdm.

Parágrafo 1º – A inscrição do aluno de outros Cursos de Mestrado e Doutorado, definida no caput deste artigo, será efetuada mediante solicitação da Coordenação dos mesmos, às quais serão remetidos oportunamente os resultados obtidos.

Parágrafo 2º – A inscrição em disciplina para alunos oriundos de outros Cursos de Mestrado e Doutorado deverá ser feita dentro dos prazos ordinários.

CAPÍTULO III – DO APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS E DA TRANSFERÊNCIA

Art. 71. O aluno que em data anterior à matrícula no PPGAdm tenha cursado disciplinas em Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* devidamente credenciados pela CAPES e que tenha obtido nota maior ou igual a 6,0 (seis) poderá, até o fim do primeiro semestre letivo, requerer à Coordenação do Curso o aproveitamento de créditos em disciplinas conforme o Inciso X do Art. 11 deste regimento. Em seu pedido o aluno deve anexar:

I – O Histórico Escolar de Pós-Graduação;

II – As ementas e os programas com as bibliografias das disciplinas cursadas.

Parágrafo 1º – A equivalência se dará observando-se os seguintes critérios:

I – A carga horária da disciplina cursada deve ser equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina ministrada no PPGAdm;

II – O conteúdo deverá ter equivalência de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do conteúdo da disciplina ofertada pelo PPGAdm.

Parágrafo 2º – O aproveitamento de créditos dependerá sempre de parecer favorável do professor orientador mediante análise da documentação apresentada e da aprovação do Colegiado Acadêmico, não sendo obrigatória a sua concessão.

Parágrafo 3º – O aproveitamento de créditos somente será possível se o prazo decorrido entre a conclusão da disciplina e o ingresso no curso de Mestrado ou Doutorado em Administração do PPGAdm for inferior a 5 (cinco) anos para todas as disciplinas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 72. A transferência de alunos matriculados em outros Cursos de Mestrado ou Doutorado em Administração, de programas credenciados pela Capes, poderá ser autorizada pelo Colegiado Acadêmico desde que existam vagas e sejam atendidas as seguintes condições:

I – Fique demonstrada, através do respectivo histórico escolar, a inexistência de reprovação em mais de uma disciplina no programa de origem;

II – Haja a possibilidade de aproveitamento de pelo menos 1/3 (um terço) das disciplinas cursadas no programa de origem;

III – Haja a possibilidade de o aluno transferido concluir em tempo hábil o curso no programa de destino, uma vez descontado o tempo de permanência no programa de origem.

Art. 73. Os pedidos de transferência serão aceitos sempre para o segundo semestre de cada ano letivo, devendo o aluno apresentar à Coordenação do programa, em prazo a ser fixado em calendário, o requerimento de transferência no qual sejam expostas as razões de tal pleito. Além disso, deverá anexar Histórico Escolar de pós-graduação atualizado, Curriculum Vitae comprovado e Carta da Coordenação do Curso de Mestrado ou Doutorado de origem atestando a sua situação no curso.

Art. 74. As solicitações de transferência deverão ser analisadas pelo Coordenador ou outro professor por ele designado e submetidas ao Colegiado Acadêmico para aprovação.

CAPÍTULO IV – DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 75. A avaliação do rendimento escolar compreende a verificação de três elementos essenciais e eliminatórios por si mesmos: o aproveitamento acadêmico em disciplinas, o aproveitamento acadêmico na defesa de Dissertação ou Tese e a assiduidade às atividades acadêmicas.

Art. 76. O aproveitamento acadêmico em disciplinas será aferido por meio de provas, trabalhos de pesquisa individuais ou qualquer outro procedimento que resulte em, pelo menos, uma avaliação escrita, sendo o grau final expresso em valores numéricos distribuídos numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) ou por conceito Satisfatório (S), quando Aprovado (A) ou Reprovado (R) nas disciplinas com regime de aprovação específicos por memorial ou comissão examinadora ou estágios ou seminários. O grau mínimo para aprovação na escala será igual ou superior a 6,0 (seis).

Art. 77. Fica convencionada a indicação de “Incompleto” (I), por deliberação exclusiva do professor, para o caso no qual o aluno que não tendo concluído integralmente o trabalho final da disciplina se comprometa a entregá-lo em prazo nunca superior a 60 (sessenta) dias após o término do semestre letivo.

Parágrafo Único – A indicação de “Incompleto” (I) perderá o efeito e será substituída automaticamente pelo grau 0,0 (zero) se o trabalho não for concluído até o prazo fixado no caput deste artigo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Art. 78. O aproveitamento acadêmico em defesa de dissertação ou tese seguirá o que se encontra disposto, respectivamente, nos Arts. 25 e 47 do presente regulamento.

Art. 79. O cancelamento de disciplina dentro do prazo oficial não implicará na sua inclusão no Histórico Escolar do estudante.

Art. 80. No Histórico Escolar do aluno deverão estar devidamente identificadas as disciplinas correspondentes aos créditos obtidos em outros Programas de Pós-Graduação credenciados, como se encontra disposto nos Arts. 76, 77 e 78 do presente regulamento.

Art. 81. Será condição necessária para aprovação e obtenção dos créditos em cada disciplina a comprovação de uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente.

Art. 82. A atribuição de grau ou conceito prevista nos Arts. 76 e 77 deste regulamento competem privativamente ao professor da disciplina, o qual deverá ponderar a seu critério, individualmente, os seguintes elementos: comparecimento às aulas teóricas; presença e participação nos trabalhos práticos; execução adequada dos trabalhos supervisionados e estágios; qualidade do trabalho final da disciplina.

Parágrafo Único – O professor da disciplina deverá dar a conhecer aos alunos a natureza dos critérios e das ponderações efetivamente utilizadas por ele.

Art. 83. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) do aluno será determinado pela média ponderada das notas das disciplinas, considerando os correspondentes números de créditos como os respectivos pesos.

CAPÍTULO V – DO DESLIGAMENTO DO CURSO

Art. 84. O desligamento do aluno do curso de Mestrado ou Doutorado ocorrerá por:

I – Conclusão do curso;

II – Solicitação de desligamento do curso por parte do aluno;

III – Não observância dos prazos de matrícula semestral fixados no calendário acadêmico do PPGAdm;

IV – Não cumprimento de qualquer atividade ou exigência nos prazos regimentais;

V – Reprovação em mais de uma disciplina;

VI – Reprovação na defesa de qualificação por mais de uma vez;

VII – Reprovação na defesa de dissertação ou tese.

Parágrafo 1º – O pedido de desligamento do aluno pode ser realizado pelo orientador, pela coordenação ou pelo aluno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo 2º – O coordenador do programa deverá notificar o aluno da existência do pedido de desligamento, exceto no caso previsto pelos incisos I e II, bem como deverá, no mesmo expediente, informar que ele possui prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita de seus interesses, sob pena de desligamento na ausência da defesa.

Parágrafo 3º – O pedido de desligamento identificado no parágrafo 1º e a defesa do aluno deverão ser apreciadas e julgadas pelo Colegiado Acadêmico.

Parágrafo 4º – Da decisão do Colegiado Acadêmico não cabe pedido de reconsideração. Entretanto, o aluno desligado poderá contra ela interpor recurso, sem efeito suspensivo, ao Conselho Departamental do respectivo centro, no prazo de 10 (dez) dias, observando-se o Art. 56 da Lei n. 9.784/1999.

Parágrafo 5º – Da decisão do Conselho Departamental não cabe pedido de reconsideração. Entretanto, o estudante desligado poderá contra ela interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Câmara de Pós-Graduação, no prazo de 10 (dez) dias. Após o parecer conclusivo da Câmara, a última instância de recurso é o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) desta Universidade.

CAPÍTULO VI – DOS RECURSOS DE AVALIAÇÃO

Art. 85. Tanto ao candidato a ingresso no programa quanto ao aluno regularmente matriculado é facultado o direito de recurso da avaliação efetuada pela Banca de seleção, de defesa de dissertação, pela Comissão de Bolsas ou por qualquer professor responsável por disciplina, estágio ou atividade correlata.

Art. 86. Na condição de pleiteante a ingresso no programa, o candidato só poderá recorrer após o término de cada etapa do Processo Seletivo, em até 48 (quarenta e oito) horas, o que se efetuará com a divulgação da lista dos aprovados.

Parágrafo 1º – Feita a divulgação da lista dos aprovados após o término de todo o Processo Seletivo, o demandante disporá de 48 (quarenta e oito) horas para solicitar por escrito ao Coordenador do PPGAdm a revisão de nota, o qual designará uma comissão composta de 03 (três) professores para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, apreciar o recurso, anexando ao processo toda a documentação pertinente.

Parágrafo 2º – Em caso de submissão de recurso durante as etapas do Processo Seletivo, não haverá descontinuidade do processo em curso.

Parágrafo 3º – O parecer assim emanado deverá ser submetido ao Colegiado Acadêmico para aprovação no prazo compatível com a matrícula inicial dos candidatos aprovados.

Art. 87. Na condição de matriculado no programa, o aluno terá igualmente 48 (quarenta e oito) horas para recorrer, por escrito, ao Coordenador, das notas finais obtidas em disciplinas, estágios, defesa de dissertação ou tese ou na seleção para concessão de bolsas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Parágrafo 1º – Recebido o recurso, o Coordenador do PPGAdm anexará ao processo a documentação pertinente e designará uma comissão formada por 03 (três) professores integrantes do programa para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se pronunciar sobre a matéria, ouvidas as partes discordantes.

Parágrafo 2º – O Colegiado Acadêmico se pronunciará sobre o resultado da comissão em prazo compatível com o calendário do PPGAdm.

Art. 88. Após a deliberação do Colegiado Acadêmico acerca dos recursos a ele apresentados, é facultado ao aluno recorrer às demais instâncias superiores.

TÍTULO VI – DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO E DA ADMISSÃO

Art. 89. O corpo docente do PPGAdm compreende as seguintes categorias:

I – Professor permanente é o docente com doutorado que atua preponderantemente no programa, de forma mais direta, intensa e contínua, formando o núcleo estável de docentes que desenvolvem as principais atividades regulares de ensino, projetos de pesquisa, orientação de trabalhos de conclusão, assim como desempenham funções administrativas necessárias.

II – Professor colaborador é aquele que, sendo portador do título de Doutor ou equivalente, contribui para o programa de forma complementar ou eventual, ministrando seminários temáticos, disciplinas, participando de bancas examinadoras e de seleção, coorientando trabalhos de conclusão e colaborando em projetos de pesquisa, respeitando os critérios de avaliação estabelecidos pela Capes para avaliação “Muito bom” para o item avaliação do quadro docente.

III – Professor visitante é o docente com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que seja liberado formalmente em regime de dedicação integral, ou aposentado, que atue no programa por um período contínuo de tempo, sendo suas atribuições: desenvolver atividades de ensino na pós-graduação; participar em projetos de pesquisa ou extensão, seja como membro ou coordenador; participar de bancas examinadoras e coorientar trabalhos de conclusão.

Parágrafo 1º – Serão considerados professores permanentes do Curso de Mestrado os docentes do quadro permanente do PPGAdm que satisfaçam o seguinte requisito:

I – Ter publicado artigos qualificados, cuja pontuação obtida pelo docente nos últimos 48 (quarenta e oito) meses deverá ser de, no mínimo, o equivalente ao conceito “Bom” (B) segundo os critérios definidos no documento de área da Capes para produção docente.*

Parágrafo 2º – Serão considerados professores permanentes do Curso de Doutorado os docentes do quadro permanente do PPGAdm que satisfaçam todos os seguintes requisitos:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

I – Ter publicado artigos qualificados, cuja pontuação obtida pelo docente nos últimos 48 (quarenta e oito) meses deverá ser de, no mínimo, o equivalente ao conceito “Muito Bom” (MB) segundo os critérios definidos no documento de área da Capes para produção docente.*

II – Ter concluído no mínimo duas orientações de mestrado.

Parágrafo 3º Nos casos em que os atributos exigidos nos §§ 1º e 2º deste artigo não sejam atendidos pelo número de docentes necessário à manutenção das linhas de pesquisa do PPGADM, poderão integrar ou permanecer no quadro permanente aqueles professores que apresentem condições mais próximas aos atributos exigidos, até que se alcance o número mínimo indispensável para a continuidade das linhas. A avaliação da permanência desses docentes seguirá os mesmos períodos e critérios aplicáveis aos demais integrantes do quadro permanente.

Parágrafo 4º – Os critérios de permanência e categorização dos docentes deverão ser atualizados permanentemente pelo Colegiado Acadêmico do programa, constando em atas das reuniões, levando em consideração as diretrizes da área de avaliação da Capes.

Parágrafo 5º – A avaliação de desempenho para fins de permanência e categorização dos docentes se dará anualmente no mês anterior à aprovação do edital do processo seletivo para os cursos de Mestrado e Doutorado.

Parágrafo 6º – O ingresso de docentes no PPGAdm será realizado em fluxo contínuo e seguirá conforme o caput deste artigo.

Art. 90. O desligamento ou a mudança de categoria de professores do PPGAdm poderá ocorrer:

I – Por deliberação do Colegiado Acadêmico mediante avaliação de desempenho do docente, conforme estabelecido no parágrafo 4º do Art. 89 deste regimento;

II – Por iniciativa do docente, encaminhada e aprovada pela coordenação do PPGAdm em caso de mudança de categoria;

III – Por iniciativa do docente, em caso de desligamento do PPGAdm.

Parágrafo Único – O desligamento de docentes do PPGAdm deverá ser feito resguardando-se os direitos dos alunos que porventura ainda estejam sob sua orientação.

Art. 91. Os docentes que atuam nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* deverão apresentar dedicação ao ensino e à pesquisa em condições de formar ambiente favorável à atividade criadora, demonstrada pela produção de trabalhos originais de valor comprovado em sua área de atuação e formação acadêmica representada pelo título de Doutor ou equivalente.

Parágrafo 1º – Para atendimento dessas exigências considerar-se-á como carga horária didática do professor pertencente ao quadro da UFES, além dos demais encargos de ensino das disciplinas e atividades, o tempo dedicado à orientação de tese, numa base de 2 (duas)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

horas/aula semanais por orientando, até o máximo de 12 (doze) horas-aula semanais de encargo.

Parágrafo 2º – A carga didática em disciplinas e em orientação que o docente do quadro da UFES aloca a determinado Programa de Pós-Graduação será computado como encargo docente no departamento de lotação funcional do docente.

Art. 92. Os docentes do quadro da UFES que atuam em Programas de Pós-Graduação deverão também participar do ensino de graduação, ministrando pelo menos 120 (cento e vinte) horas-aula por ano em disciplinas sob a responsabilidade do departamento onde estiver lotado, excetuando-se quem está em cargo administrativo conforme regulamentado pela instituição.

Art. 93. Todo e qualquer pedido de ingresso de docentes no PPGAdm deverá ser submetido pelo Coordenador ao Colegiado Acadêmico, acompanhado de informações detalhadas e de um relato feito pelo próprio ou por docente permanente assim designado, de modo a verificar o cumprimento dos critérios previstos para categorização do docente ingressante, conforme o Art. 89 deste regimento.

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 94. Todos os docentes do PPGAdm que exerçam atividades de orientação possuem responsabilidade direta na manutenção e desenvolvimento das linhas de pesquisa do programa, devendo zelar para que as dissertações e teses sob sua supervisão se enquadrem nas características propostas para a área de concentração do programa e para a linha de pesquisa nas quais estejam credenciados.

Art. 95. Os docentes do PPGAdm devem ministrar aulas teóricas e práticas, supervisionar trabalhos, orientar estudos e projetos de pesquisa para elaboração de Dissertações ou teses, além de comprovarem produção científica condizente com a sua categoria no programa.

Art. 96. Os docentes permanentes do PPGAdm, bem como os docentes colaboradores e visitantes, deverão cumprir os encargos por eles livremente assumidos perante a Coordenação do programa.

Art. 97. Constituem obrigação de todos os docentes integrantes do programa, independente das respectivas categorias, a presença e participação nas atividades e eventos coletivos aprovados pelo Colegiado Acadêmico, assim como a pontual prestação de informações sobre suas atividades acadêmico-científicas sempre que solicitadas pelo Coordenador do programa.

Parágrafo Único – Todos os docentes integrantes do programa, independente das respectivas categorias, devem estar cadastrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e devem manter seu Currículo Lattes atualizado, informando sua produção científica e tecnológica no mínimo duas vezes por ano (até 30 de junho e até 31 de dezembro), sendo que os Colegiados Acadêmicos poderão estabelecer períodos adicionais para atualização.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Art. 98. Todo docente do programa, excetuando-se os professores aposentados, deverá participar em atividades didáticas da graduação, em conformidade com o Art. 92 deste regimento.

Art. 99. Os direitos e deveres dos docentes que integram em qualquer caráter o programa são regidos pelo Estatuto e Regimento Geral da UFES e pela legislação federal pertinente.

TÍTULO VII – DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO E DA ADMISSÃO

Art. 100. O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados nos Cursos de Mestrado e Doutorado em Administração.

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 101. Os membros do corpo discente do PPGAdm, além do direito a se representar no Colegiado Acadêmico, regem-se quanto aos seus direitos, deveres e regime disciplinar, pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da UFES.

Parágrafo único – Por ocasião de ingresso no programa, o aluno deverá tomar ciência do presente regulamento, comprometendo-se a observá-lo em tudo que lhe diga respeito.

CAPÍTULO III – DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Art. 102. O corpo discente far-se-á representar no Colegiado Acadêmico de acordo com as regras do Regimento Geral da UFES.

Parágrafo 1º – Para tudo o que diga respeito à eleição dos representantes estudantis no Colegiado Acadêmico do PPGADM, deverá ser consultado o Estatuto e o Regimento Geral da UFES.

Parágrafo 2º – A participação na representação estudantil é voluntária, podendo qualquer aluno ser representante estudantil. Em caso de ausência de alunos voluntários, os alunos bolsistas devem participar para compor a representação estudantil.

TÍTULO VIII – DA HABILITAÇÃO AO GRAU DE MESTRE E DOUTOR

CAPÍTULO I – DA CONCESSÃO DE GRAU DE MESTRE

Art. 103. Dentro do prazo máximo previsto no Art. 18 deste regimento, o aluno do Curso de Mestrado deverá apresentar a dissertação para habilitar-se ao grau de Mestre em Administração.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Art. 104. O candidato ao grau de Mestre em Administração deverá satisfazer as seguintes condições preliminares:

I – Obter o número mínimo 32 (trinta e dois) créditos;

II – Realizar o Exame de Qualificação dentro do prazo regimental;

III – Apresentar a versão final de sua dissertação, em versão eletrônica, acompanhada de requerimento dirigido ao Coordenador no qual solicite constituição de Comissão Examinadora para a defesa de seu trabalho final e fixação da respectiva data.

Parágrafo 1º – Em prazo inferior a 60 (sessenta) dias após a defesa, o aluno deverá entregar na secretaria a versão definitiva da dissertação, já incorporados os reparos e sugestões feitos pela Comissão Examinadora, tanto da forma quanto do conteúdo.

Parágrafo 2º – O aluno de Mestrado deverá fazer a entrega da versão final de sua dissertação conforme as normativas vigentes da Universidade.

Parágrafo 3º – A divulgação da versão final do trabalho deve resguardar os interesses de propriedade intelectual da UFES, bem como o caráter de ineditismo que é exigido na submissão de publicações em periódicos especializados.

Parágrafo 4º – Enquanto não se cumprir os dispostos nos incisos de I a III e nos parágrafos primeiro ao terceiro deste artigo, a Coordenação do programa não poderá solicitar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a concessão do grau de Mestre ao candidato.

Art. 105. O requerimento previsto no Inciso III do artigo anterior deverá estar acompanhado de documento do orientador sugerindo os membros para compor a Comissão Examinadora.

Art. 106. O grau de Mestre será concedido ao candidato cuja dissertação seja aprovada por Comissão Examinadora, conforme previsto no Art. 22 deste regimento.

Art. 107. O candidato aprovado em sessão pública de defesa de dissertação estará habilitado a solicitar à secretaria do PPGAdm, que fará a solicitação à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), o diploma do grau de Mestre em Administração conferido pelo Reitor, desde que tenha cumprido todas as exigências do Art. 104 e após ser realizada a homologação da ata de defesa pelo colegiado do programa.

CAPÍTULO II – DA CONCESSÃO DE GRAU DE DOUTOR

Art. 108. Dentro do prazo máximo previsto no Art. 34 deste regimento, o aluno do Curso de Doutorado deverá apresentar a tese para habilitar-se ao grau de Doutor em Administração.

Art. 109. O candidato ao grau de Doutor em Administração deverá satisfazer às seguintes condições preliminares:

I – Obter o número mínimo de 42 (quarenta e dois) créditos em disciplinas e ter realizado 120 horas de estágio docência;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

II – Realizar o Exame de Qualificação dentro do prazo regimental;

III – Entregar um exemplar de sua tese, em versão eletrônica, acompanhada de requerimento dirigido ao Coordenador no qual solicite constituição de Comissão Examinadora para a defesa de seu trabalho final e fixação da respectiva data;

Parágrafo 1º – Em prazo inferior a 60 (sessenta) dias após a defesa, o aluno deverá entregar na secretaria a versão definitiva da tese, já incorporados os reparos e sugestões feitos pela Comissão Examinadora, tanto da forma quanto do conteúdo.

Parágrafo 2º – O aluno de Doutorado deverá fazer a entrega da versão final de sua tese conforme as normativas vigentes da Universidade.

Parágrafo 3º – A divulgação da versão final do trabalho deve resguardar os interesses de propriedade intelectual da UFES, bem como o caráter de ineditismo que é exigido na submissão de publicações em periódicos especializados.

Parágrafo 5º – Enquanto não se cumprir os dispostos nos incisos de I a III e nos parágrafos primeiro ao terceiro deste artigo, a Coordenação do programa não poderá solicitar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a concessão do grau de Doutor ao candidato.

Art. 110. O requerimento previsto no Inciso III do artigo anterior deverá estar acompanhado de documento do orientador sugerindo os membros para compor a Comissão Examinadora.

Art. 111. O grau de Doutor será concedido ao candidato cuja tese seja aprovada por Comissão Examinadora, conforme previsto no Art. 44 deste regimento.

Art. 112. O candidato aprovado em Sessão Pública de Defesa de tese estará habilitado a solicitar à secretaria do PPGAdm, que fará a solicitação à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do diploma de grau de Doutor em Administração conferido pelo Reitor, desde que tenha cumprido todas as exigências do Art. 109 e após ser realizada a homologação da ata de defesa pelo colegiado do programa.

TÍTULO IX – DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 113. A Comissão de Bolsas será composta por 03 (três) membros e instituída conforme Art. 11º incisos XII e XIII, cabendo a ela estabelecer prazos e critérios com o objetivo de disciplinar a distribuição de auxílio aos alunos do Curso de Doutorado na forma de bolsas de estudo oriundas de recursos públicos e/ou privados.

TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. Este regimento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES, ouvidas as competentes instâncias necessárias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARCELO MOLL BRANDAO - SIAPE 1297886
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAdm/CCJE
Em 14/12/2025 às 23:35

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1257337?tipoArquivo=O>